

1968 no Brasil: a visão dos militares

Eduardo Munhoz Svartman*

Resumo

O artigo retoma eventos conhecidos da conjuntura política de 1968 e pontua os aspectos formativos da visão da cúpula militar naquele período e que influenciaram a sua ação política e a repressão então desencadeada. Argumenta-se que a cúpula militar era pautada por um padrão de visão e de ação política relativamente antigo no meio militar brasileiro: o “intervencionismo controlador”; por uma desconfiança em relação aos políticos civis forte o bastante para subordinar as clivagens castrenses a uma propalada unidade em torno do regime e, por fim, num duradouro consumo da teoria da “guerra revolucionária”, que desempenhou um papel importante na militarização do regime e na montagem de um poderoso e extensivo aparato de repressão.

Palavras-chave: Forças Armadas. Repressão política. Autoritarismo.

O ano de 1968 assumiu uma condição de marco na história da cultura e dos movimentos sociais do século XX. No Brasil, a data povoa o imaginário produzido pelas memórias e ensaios de protagonistas dessa geração; foi o cenário de uma importante reativação da oposição de diferentes setores da sociedade civil e política à ditadura militar e, como um grande anticlímax, culminou numa violenta reação do regime com a edição do ato institucional nº 5, em 13 de dezembro. Em março de 1964, um golpe militar apoiado por setores do campo político e da classe média (rapidamente reconhecido pelos EUA) pôs fim a um processo de crescente mobilização social que vinha operando nos marcos da Constituição de 1946 e do sistema partidário.

* Doutor em Ciência Política. Professor do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Depois das tentativas frustradas de 1954 e de 1961, esses segmentos derrubaram o presidente João Goulart e o legado varguista do reformismo nacionalista de apelo popular que este representava. Desde então, a cena política brasileira foi marcada por expurgos e cassações, uma nova Constituição, uma reforma partidária, uma nova lei de imprensa e sucessivas crises no meio militar. O padrão de continuísmo e de progressivo “fechamento” do regime que se inaugurou no governo do marechal Castelo Branco, marcado por uma forte desconfiança militar em face dos “políticos tradicionais” (inclusive muitos apoiadores do golpe), conferiu a este governo uma caracterização muito distinta daquela que a memória e a historiografia lhe consagrariam posteriormente como sendo liberal, oposta à chamada “linha dura”.¹

Diante da progressiva expansão dos mecanismos autoritários durante o mandato de seu predecessor, Costa e Silva, ao assumir a Presidência da República, empregou o discurso de “humanizar a revolução”² como uma estratégia para legitimar uma intervenção militar na política cuja duração já ia muito além das expectativas dos setores civis que haviam apoiado o golpe em 1964. A reativação das oposições nas ruas, junto às grandes lideranças civis e no Congresso Nacional, onde o partido governista parecia se mostrar

refratário ao que emanava da caserna e do palácio, pôs fim à ilusão militar de que era possível fazer política e governar sem dissenso, apenas eliminando “a subversão e a corrupção”, o que pôs fim também à retórica amena de Costa e Silva.

Diante disso, este artigo retoma alguns elementos importantes da conjuntura política de 1968 e pontua os aspectos formativos que compunham a visão da cúpula militar naquele período como uma forma de se compreender a lógica do protagonismo político dos militares e da ação repressiva então desencadeada. Argumenta-se que a cúpula militar era pautada por um padrão de visão e de ação política relativamente antigo no meio militar brasileiro – o intervencionismo controlador –, por uma desconfiança em relação aos políticos civis forte o bastante para subordinar as clivagens castrenses a uma propalada unidade das Forças Armadas na defesa da “Revolução de 1964” e, por fim, por um duradouro consumo da teoria da “guerra revolucionária”, que desempenhou um papel importante na militarização do regime e na montagem de um poderoso e extensivo aparato de repressão.

Como foi assinalado, 1968 foi marcado pela rearticulação das oposições ao regime militar, que já vinha progressivamente acentuando seu caráter ditatorial. Essa rearticulação se deu

tanto no nível da política institucional, especialmente no Congresso, quanto no nível dos movimentos sociais, particularmente dos trabalhadores e estudantil. Ainda em 1967, políticos que tinham apoiado o golpe e foram relegados pelos militares, como Carlos Lacerda, e lideranças perseguidas pelo regime, como Juscelino Kubitschek, empreenderam o frágil, porém ruidoso, movimento da Frente Ampla. Apesar das vacilações na capacidade de articulação, o tom das críticas ao governo foi suficiente para que Costa e Silva proibisse qualquer manifestação da ou sobre a Frente Ampla e suas lideranças em abril de 1968.³ O limite do discurso conciliador do presidente era bastante estreito.

Nesse mesmo mês eclodiu uma importante greve de metalúrgicos em Contagem, Minas Gerais, e, na sequência, trabalhadores se manifestaram contra as comemorações oficiais do Primeiro de Maio em São Paulo. Dois meses depois, eclodiria outra greve de metalúrgicos, agora em Osasco, na qual, além das reivindicações salariais, o movimento criticava a política governamental para o trabalho.⁴ A reação do governo Costa e Silva oscilou entre a moderada negociação em Contagem e a dura repressão policial em Osasco, indicando novamente o alcance da retórica da “humanização da revolução”.

O movimento estudantil, fortemente atingido pela repressão após o golpe, reassumiu o seu protagonismo político em 1968. A morte de um estudante pela polícia do Rio de Janeiro em março gerou a primeira grande manifestação de rua contra o regime, a qual foi violentamente reprimida pela polícia. Essa ação desencadeou novas marchas de protesto em várias cidades do país.⁵ Em junho, novamente no Rio, ocorreu outra grande manifestação, a “Passeata dos 100 mil”, que agregou estudantes, artistas, intelectuais e milhares de populares em protesto contra a violência policial. Em consequência, o Ministério da Justiça proibiu novas marchas de protesto.

Em agosto, o “endurecimento” da repressão ao movimento estudantil atingiu a Universidade de Brasília, cujo *campus* foi ocupado por tropas da polícia e do Exército, com vários estudantes e professores sendo presos. A violência da ação gerou fortes protestos no Congresso Nacional, os quais acabaram expondo a fratura existente entre o governo militar e sua base no legislativo. A essa altura, os levantes estudantis em Roma, Paris, Varsóvia e a greve geral na França já se faziam presentes no noticiário nacional e, consequentemente, nos círculos decisórios militares.

Em outubro a União Nacional dos Estudantes, proscriita pelo regime, rea-

lizou o seu 30º Congresso. Apesar de o congresso ter sido descoberto pelas forças de repressão, que prenderam várias lideranças, o movimento dera uma demonstração de sua força ao reunir secretamente em torno de um mil estudantes num sítio no interior de São Paulo.⁶

A confluência do incremento da oposição ao regime militar por parte de políticos e dos movimentos sociais deu-se numa prolongada crise entre o governo e o Congresso, conduzida pelos militares de forma a culminar na edição do AI-5. No Congresso a tribuna era usada intensamente para denunciar os abusos praticados pelo Executivo. Ainda em agosto, um discurso do deputado do MDB Márcio Moreira Alves foi reproduzido por militares e divulgado nos quartéis com o intuito de criar um ambiente de comoção na caserna. O discurso instava a população a boicotar as comemorações militares do 7 de Setembro e as mulheres a se recusarem a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão praticada pelo regime.

Diante da crise forjada, o governo, seguindo a Constituição de 1967, solicitou permissão ao Congresso para processar o parlamentar que teria ofendido a honra e a dignidade das Forças Armadas. Em 12 de dezembro, contando com votos da Arena, o partido governista, o Congresso manteve a imu-

nidade parlamentar intacta. Menos de 24 horas depois o AI-5 era decretado e o Congresso, novamente expurgado, foi fechado por tempo indeterminado.⁷ Um novo ciclo ainda mais intenso de repressão era desencadeado.

Retomada a conjuntura política de 1968, cabe agora abordar a maneira como os militares no poder significavam o que se passava no país. Os estudos sobre as interações entre as Forças Armadas e o campo político no Brasil devem levar em consideração, antes de mais nada, que essas organizações complexas não são monolíticas; ao contrário, as três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) formam corporações independentes, que possuem clivagens hierárquicas, geracionais e abrigam dentro de si grupos que rivalizam no acesso aos recursos materiais e simbólicos que permitem definir e redefinir as correlações de poder internas. Dado o intenso protagonismo político dos militares brasileiros,⁸ particularmente os do Exército, os diferentes projetos de Forças Armadas que os grupos alimentam são também diferentes projetos de relações entre as Forças Armadas e o campo político. São, portanto, projetos políticos.

Apesar dos repetidos discursos sobre a unidade das Forças Armadas, sempre invocado pela cúpula militar em tempos de crise, os militares brasileiros desde 1930 eram muita coisa,

mas dificilmente foram unidos por muito tempo. Em função disso, é bastante problemático pensar os militares como moderadores do sistema político brasileiro após 1946. O fato de as intervenções militares em 1945, 1954 e 1955 terem sido, por assim dizer, pontuais, pois passaram o poder a um militar reformado ou a um civil eleitos, não pode impedir que se constate que as Forças Armadas eram também campos de luta, sendo mobilizadas em questões como a do petróleo e da guerra da Coreia, fornecendo candidatos à Presidência da República para o PSD (Eurico Gaspar Dutra), para a UDN (Eduardo Gomes e Juarez Távora) e para o PTB (Henrique Lott), ou operando como uma espécie da caixa de ressonância das clivagens políticas nacionais como nas eleições para o Clube Militar nos anos 1950.⁹

Dentre os grupos que até 1964 são mais claramente identificáveis, o que maior êxito político alcançou foi o que José Murilo de Carvalho definiu como “intervencionista controlador”. Gestado no início da década de 1930, previa ampla intervenção estatal em vários setores da sociedade; enfatizava a necessidade de assegurar a defesa externa e a segurança interna; preocupava-se com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia de nação e defendia uma industrialização nacionalista na qual o exército deveria ser

um propulsor desse processo.¹⁰ Este corpo de ideias foi pela primeira vez sistematizado na chamada “doutrina Góes Monteiro”, produzida pela principal liderança militar da Revolução de 1930 e que teve grande repercussão no meio militar em razão das posições-chave ocupadas pelo seu formulador até 1945 e pelo fato de, em torno dele, ter gravitado uma outra geração de oficiais fortemente identificados com essas ideias e que mantiveram um elevado grau de protagonismo político nas duas décadas seguintes e no golpe militar de 1964.¹¹

O intervencionismo controlador teria se tornado hegemônico no Exército após o Estado Novo se não tivesse enfrentado a forte concorrência da chamada “ala nacionalista”, engajada na campanha pelo petróleo no fim da década de 1940 e menos sensível à indústria do anticomunismo. Ainda que fosse um grupo mais difuso e não tão bem posicionado na hierarquia, essa fração mais à esquerda manteve-se atuante a ponto de ter sido um dos principais alvos nos expurgos que se seguiram ao golpe de 1964. Ainda que seja difícil caracterizar como grupo, havia uma ampla fração de militares que, no jargão da época, era classificada como “legalista”. Normalmente, distanciavam-se das lutas políticas, mas, em determinadas conjunturas polarizadas, mobilizavam-se em gru-

pos, como o Movimento Militar Constitucionalista em 1955, ou em torno de lideranças, como a do comandante do 3º Exército, general Machado Lopes, em 1961, ou de Castelo Branco, em 1964. Os legalistas, portanto, podiam pender tanto para a esquerda quanto para a direita.

Com o golpe e o prolongamento do regime militar, os expurgos e perseguições atingiram as frações à esquerda dos oficiais e praças das três forças. Contudo, novas clivagens entre o corpo de oficiais identificados com o regime foram se definindo. Ao redor do primeiro presidente militar, Castelo Branco, gravitava o grupo muitas vezes identificado com a Escola Superior de Guerra (ESG), do qual faziam parte quadros que permaneceriam na cena política ainda por bastante tempo, como Ernesto Geisel e Golberi do Couto e Silva. Desde as primeiras horas do novo regime, uma segunda liderança se apropriara do Ministério do Exército e, colocando-se como interlocutor da jovem oficialidade, que pregava ações repressivas mais intensas, tornara-se uma espécie de porta-voz da chamada “linha dura”.

Essa posição precocemente conquistada por Costa e Silva foi decisiva para a imposição de seu nome na sucessão de Castelo Branco. O segundo presidente militar não era, contudo, apenas um representante dos coronéis

e tenentes-coronéis da linha dura; seu ministério contava com um quadro importante do grupo castelista, o titular da pasta do Exército, Lyra Tavares, e abrigava mais duas correntes importantes. Em torno do ministro do Interior, general Albuquerque Lima, gravitavam oficiais identificados com um “neonacionalismo” de direita que, em parte, se sobrepunha à linha dura.

Por fim, havia ainda o chamado “grupo palaciano”, composto por militares que se converteram em políticos com carreiras bem-sucedidas, como os coronéis Mário Andreazza e Jarbas Passarinho e o general Emílio Médici, que assumira o SNI e dali sairia para a Presidência da República em 1969. Havia ainda nesse grupo o influente general Jayme Portella, do Gabinete Militar.¹² Em 1968 as clivagens militares criavam uma forte tensão entre o grupo palaciano e determinadas frações que comandavam tropas, especialmente aquela identificada como “linha dura”; no horizonte das disputas intramilitares estavam os rumos a serem imprimidos à “Revolução de 1964” e a sucessão presidencial de 1970, que acabou ocorrendo ainda em 1969.

Uma vez definidos os grupos que compõem o dinâmico mosaico das Forças Armadas, especialmente da força de atuação política mais extensiva, que era o Exército, cabe abordar os esquemas de compreensão que informaram

essa ação e, em particular, a redobrada repressão do ano de 1968. Trata-se, portanto, de identificar aquilo que era partilhado entre essas clivagens militares.

Apesar da sua amplitude e de agregar elementos mais antigos, como várias das teses do chamado “pensamento autoritário” da década de 1920, a questões mais novas, como o forte anticomunismo que se desenvolveu no meio militar após a revolta de 1935, a visão a respeito dos fenômenos sociais e políticos partilhada, em especial, pelo intervencionismo controlador e seus herdeiros começou a ser sistematizada e codificada em duas instituições militares de ensino: a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) e a Escola Superior de Guerra.

A Eceme, que na década de 1930 se chamava Escola de Estado-Maior, é uma escola fundada em 1905 de importância capital na produção doutrinária do Exército. Bastante seletiva no seu ingresso, a Eceme forma os oficiais que poderão ascender ao generalato e que desempenham as funções mais importantes na corporação. As formulações estratégicas e de emprego da força frequentemente são ali elaboradas e têm no seu curso um decisivo espaço de difusão. Desde a década de 1930, uma parte de seus cursos versava sobre questões ligadas à infraestrutura, que, em razão do seu caráter estratégi-

co para os exércitos modernos, alimentam disposições militares para interferir nos processos decisórios: energia, siderurgia, transportes e indústria bélica. Para além disso, a Eceme foi um foco de difusão da ênfase no planejamento para a resolução não apenas de exercícios militares, mas também de questões políticas ligadas aos temas estratégicos e à mobilização.¹³

A partir do fim da Segunda Guerra, a Eceme empreendeu um trabalho seletivo de adaptação das doutrinas militares norte-americanas experimentadas pela FEB na Itália à modesta realidade ainda pré-industrial do Exército brasileiro. As formulações se dão, contudo, em sintonia com o Tiar e com a Conferência de Bogotá, na qual, por influência norte-americana, enquadra-se militarmente o Brasil no esforço de “defesa conjunta do hemisfério” contra o comunismo.¹⁴ Essa combinação da influência norte-americana com o anticomunismo militar remonta ao Estado Novo, mas durante o governo Dutra começou a ser vertida em forma de doutrina na Eceme e, a partir da década de 1950, passou a alimentar uma circularidade com a ESG.

Fundada em 1948, sob forte influência norte-americana e da emergente Guerra Fria, a ESG consistiu no principal espaço no qual as crenças até então dispersas entre as frações mais à direita da oficialidade foram verti-

das numa doutrina cuja configuração fixou a ideologia do autoritarismo militar brasileiro. Um aspecto importante, que ajuda a compreender a difusão dos discursos ali produzidos, é o fato de esta instituição militar recrutar civis, especialmente do setor público, para compor o corpo de estagiários (alunos) e, eventualmente, para realizar conferências. Desde a década de 1950 a escola conta com uma rede de ex-estagiários dispersos pelo país, a Adesg, responsável pela reprodução local da ideologia produzida. Desde os seus tempos iniciais, a ESG tem por objetivo “formar elites” comprometidas com a formulação e o planejamento de uma política de segurança nacional. A sistemática de funcionamento da escola, que conferia à doutrina um caráter de “contínuo aperfeiçoamento”, permitia que suas formulações básicas, delineadas até meados da década de 1950, fossem ao mesmo tempo reproduzidas e consumidas por novas turmas de militares e civis. Permitia também que fossem repetidas vezes adequadas à conjuntura política nacional, integrando os novos temas que compunham o debate e as lutas políticas nacionais às suas formulações anteriores.¹⁵

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) articulou as considerações militares quanto ao planejamento econômico e político das atividades de defesa (decorrência da guerra indus-

trial e da guerra total) e promoveu a passagem do enfoque dos militares na “agressão externa” para a “agressão interna”.¹⁶ O ponto de partida da doutrina era o “conflito ideológico permanente” entre Ocidente e Oriente, no qual o Brasil, por sua “índole cristã” e seus compromissos com os “amigos do Norte” (os Estados Unidos), colocava-se inquestionavelmente alinhado com o Ocidente.¹⁷

Partindo dessa crença tomada por verdade, a doutrina legitima a passagem do comprometimento militar com a defesa nacional para algo bastante difuso, que seria a segurança nacional. Por “defesa” compreende-se o aspecto militar clássico de uma guerra travada entre exércitos nacionais. O conceito de segurança da ESG é muito mais vasto, abarcando tanto os temas ligados à mobilização para um esforço de guerra, que compreende a criação ou operacionalização de sistemas logísticos, de energia, de combustíveis e de uma indústria bélica, quanto os aspectos “psicossociais” ligados à “preservação do desenvolvimento” e à “estabilidade política interna”. Dessa forma, Juarez Távora, o segundo comandante da ESG, definiu nos seguintes termos a questão:

Essa moderna conceituação de segurança nacional envolve, assim, direta ou indiretamente, todas as atividades da nação: as ligadas à política interna (aí compreendido o jogo dos partidos e o funcionamento dos poderes) e à política internacional; os integrantes do complexo econômico (produção primária e industrial, comércio, transportes e energia); as relacionadas com as finanças; as componentes do campo psico-social (os fatores morais e psicológicos, a educação e a cultura, a saúde e as relações de trabalho e a assistência e a previdência sociais) e, finalmente, as atinentes ao setor militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) e que constituem, em seu conjunto os elementos integrantes do poder nacional.¹⁸

Uma definição assim tão ampla tomava como verdade o “direito das Forças Armadas de intervirem [...] no processo de desenvolvimento do potencial geral da nação”.¹⁹ Tal intervenção se daria no sentido de planejar a segurança nacional a fim de “remover os óbices” necessários ao fortalecimento do poder nacional, obtendo, com isso, o desenvolvimento com “harmonia entre as classes”. A condução desse processo, previa a doutrina, seria efetivada por uma elite civil e militar capacitada por uma metodologia de solução de problemas que, por princípio, elimina a dimensão política dos assuntos públicos em favor da suposta competência técnica. Ao subordinar praticamente tudo aos corolários da segurança, a DSN formula um discurso empregado para

legitimar não apenas a presença de militares no campo político, mas o seu protagonismo praticamente ilimitado.

Além de ter sido um espaço de fabricação ideológica, a ESG foi um espaço de articulação e de conspiração para os oficiais identificados com o intervencionismo controlador mais engajados na oposição a Getúlio Vargas e aos seus herdeiros políticos. O episódio do *Memorial dos Coronéis*, que em fevereiro de 1954 desencadeou uma crise que derrubou dois ministros, as articulações em torno da campanha presidencial de Juarez Távora e da tentativa de bloqueio à posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, a redação do veto dos ministros militares à posse de Goulart após a renúncia de Jânio Quadros e toda a mobilização em torno da avaliação da conjuntura de 1961 a 1964 são indicadores da disposição intervencionista dos militares que, no período, desempenharam funções junto à escola.

O intervencionismo controlador, por sua vez, é também herdeiro de uma forte disposição partilhada entre segmentos do oficialato do Exército que encara com profunda desconfiança os assim chamados “políticos profissionais”. Trata-se de uma visão um tanto difusa, porém fortemente sedimentada entre oficiais do Exército desde a década de 1920, na qual estava também implícita a sua crítica ao liberalismo

oligárquico e uma forte crença na técnica e nas virtudes militares para resolver “objetivamente” os problemas nacionais. Mais tarde esse esquema de compreensão seria incorporado ao discurso da ESG que enfatizava o “despreparo” das elites brasileiras, em especial dos políticos, sempre afeitos ao “particularismo” em detrimento de uma visão verdadeiramente “nacional”, de que os militares, por sua formação e experiência, seriam portadores por excelência.²⁰

A partir de 1964 o progressivo relegamento sofrido pelas lideranças civis que apoiaram o golpe é outro indicativo dessa visão. Rapidamente o bloco golpista cindira-se em dois mundos, um civil e outro militar,²¹ de modo que, antes mesmo da formalização da posse de Castelo Branco na Presidência da República, as movimentações próprias do campo político eram vistas por vários oficiais como um risco de “volta ao passado”. No contexto político de 1968 aqui analisado, a desconfiança militar em face dos políticos civis aparece tanto no enquadramento da Frente Ampla quanto no próprio AI-5. Neste caso, é bem sabido que os esforços apaziguadores de quadros da Arena e do próprio vice-presidente, Pedro Aleixo, foram totalmente inócuos diante dos militares. O fato de Aleixo ter defendido a fórmula constitucional do estado de sítio e ter se manifestado, em reunião fechada, contra a edição de

um novo ato institucional só acentuou ainda mais a desconfiança da cúpula militar em relação à “classe política”.²² A sua destituição do cargo de vice-presidente em 1969 nada mais foi do que mais uma decorrência dessa visão predominante entre a alta oficialidade do regime.

As palavras empregadas por Costa e Silva para justificar o AI-5 perante a população, em cadeia de rádio e televisão, são muito ilustrativas dessa fratura entre civis e militares. O presidente informava ter declarado o recesso do Congresso Nacional em virtude da “falência temporária do poder político”, em que um grupo de parlamentares “resolvera humilhar, diminuir e desafiar as Forças Armadas”. O discurso do deputado Moreira Alves e a recusa do Congresso em quebrar sua imunidade parlamentar estariam conduzindo o país, conforme o discurso presidencial, a uma “luta fratricida” e à “restauração da aliança entre a corrupção e a subversão”. A apreciação do quadro da oposição civil-militar em 1968 era sintetizada da seguinte maneira pelo general-presidente: “Instigavam-se grupos estudantis desavisados; repetiam-se os atos de terrorismo nos grandes centros urbanos; rearticulavam-se escancaradamente as forças vencidas pela Revolução de 1964; e a tribuna do Congresso convertia-se em vazadouro do ódio e da calúnia contra as Forças Armadas.”²³

Fica bastante nítido que a produção da crise com o Congresso num cenário de reativação da oposição pública ao regime era pouco mais do que o mote para o incremento do autoritarismo. Conforme o discurso oficial, a questão-chave para o AI-5 era a erosão da base governista no Congresso num contexto de mobilização da sociedade, o que levaria à restauração da ordem anterior ao golpe de 1964. A classe política teria dado, então, a demonstração de que não era confiável e as manifestações contra o regime vindas dos sindicatos, dos estudantes ou da população em geral que a elas acorria eram vistas como perigosa subversão.

Um outro elemento discursivo produzido e fartamente reproduzido pelos agentes e espaços aqui abordados que desempenhou as importantes funções ideológicas de mobilizar e legitimar as intervenções militares golpistas foi o componente da guerra revolucionária. A ênfase das preocupações militares na “ameaça interna” e na infiltração comunista remonta, pelo menos, a 1935, contudo, após as guerras da Coreia, Indochina e Argélia e da vitória da Revolução Cubana, a questão assume um caráter premente. Tanto por influência francesa quanto, um pouco mais tarde, pela norte-americana, o tema passou a mobilizar os debates e estudos na ESG e na Eceme. A partir de então, as preocupações com a ameaça interna estive-

ram codificadas em plena sintonia com o “conflito ideológico permanente” e a doutrina passou a contar com novos exemplos internacionais a respeito dos riscos da chamada “infiltração comunista”.

Entre setembro de 1963 e abril de 1964 a chefia do Estado-Maior do Exército, a quem a Eceme era diretamente vinculada, esteve a cargo de Castelo Branco, que se empenhou integralmente em difundir a nova doutrina nos meios militares brasileiros. Em seu discurso de posse no EME, dois dias após a eclosão da revolta dos sargentos em Brasília (que se insurgiram contra a decisão judicial que os considerou ilegíveis), Castelo deu a tônica de sua posição e asseverou: “Há reformadores oportunistas que querem substituí-la [a estrutura do exército], por meio de um solapamento progressivo e anti-nacional, e instituem o exército popular, um arremedo de milícia, com sua ideologia ambígua, destinado a agitar o país com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e motins a vida do povo.”²⁴

No mês seguinte, o general Antônio Carlos Muricy, numa conferência sobre guerra revolucionária para o público civil em Natal, falaria abertamente: “Quando a manutenção da ordem escapa ao controle da autoridade civil ou quando há insurreição armada, cabe às Forças Armadas agir, com

violência, imediatamente (por ordem superior ou, se for o caso, por iniciativa própria).”²⁵

Isso entrou pelo canal da ESG, e foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. Era a guerra que ascendia o estopim da revolta nos campos e a insatisfação popular nas cidades [...]. Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina de guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 64.²⁶

A doutrina da guerra revolucionária operou decisivamente para produzir um consenso em diversos meios militares e civis para que se entendessem as manifestações dos movimentos sociais no início da década de 1960 e as ações do governo João Goulart como partes de um processo articulado e planejado que, se não fosse interrompido, conduziria o Brasil a uma revolução comunista. A campanha desencadeada pelo deputado Bilac Pinto da UDN, um ex-estagiário civil da ESG, denunciava em discursos na tribuna e em artigos de jornal a tese de que se viviam os primeiros estágios da guerra revolucionária desde 1961. Na Eceme os currículos foram alterados no sentido de dar grande atenção ao tema, de modo que, em articulação com a ESG e com os demais centros de ensino

militar, produziu-se uma “avalanche intelectual”. Ainda conforme Octávio Costa, os “textos, os livros, os artigos, as discussões os seminários, tudo isso preparou mentalmente as três Forças e deu provas de absoluta convicção de que essa era a nossa guerra”.²⁷

A “avalanche” não arrefeceu em 1964. Desde então, iniciou-se a montagem dos sistemas de informação e de repressão militarizados e pautados pela doutrina da guerra revolucionária. Em junho foi criado, por decreto, o Serviço Nacional de Informações. Ligado diretamente à Presidência da República e dispensado de prestar contas ao Congresso, o SNI desempenhava com larga autonomia e numa crescente estrutura burocrática as suas tarefas de coleta e análise de informações pertinentes à segurança nacional, na qual o foco era, invariavelmente, a chamada “subversão interna”.²⁸ O mais antigo dos órgãos militares de informação que desempenhavam funções diretas de repressão era o Centro de Informações da Marinha, o Cenimar, fundado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha. Imediatamente após o golpe, o Cenimar participou diretamente das operações de expurgos e torturas.²⁹

Em 1967 foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE), núcleo do qual derivariam nos anos seguintes os demais aparatos repressivos vinculados ao Exército, como a Operação Ban-

deirantes (Oban) em 1969, e o temível “sistema” Codi-DOI, implementado oficialmente em 1970.³⁰ Nas palavras do coronel Fiuza de Castro, primeiro comandante do CIE, estes órgãos tinham “total autonomia e independência” e contavam com grande infraestrutura, pessoal e orçamento.³¹ A ampliação e a sobreposição de agências militares encarregadas de “produzir informações” e de reprimir as oposições ao regime eram uma preocupação e um objetivo partilhado pelos vários segmentos da oficialidade; o discurso que pretendia legitimar a montagem desse aparato era, invariavelmente, o de que o Brasil vivia uma situação de guerra revolucionária.

Em 29 de março de 1968, no mesmo dia da já citada passeata em protesto contra a morte de um estudante numa ação da polícia do Rio de Janeiro, o general Orlando Geisel se despedia da chefia do EME, conclamando a “união de todos os verdadeiros patriotas contra as forças da subversão que ameaçam todas as nações livres” e também contra os “pregoeiros da cizânia” e os “empreiteiros da desordem e do terror”. Para um dos oficiais mais bem posicionados na hierarquia, os militares estavam, desde 1964, “aperfeiçoando as instituições políticas” e defendendo a pátria contra a “volta da corrupção e da subversão”.

Assim, a importância da guerra revolucionária, para o ministro do

Exército de Costa e Silva, Lira Tavares, era capital. Em conferência na Eceme em março de 1969, o ministro afirmou claramente que “o problema da segurança interna supera, na presente conjuntura, o da segurança externa” e indicou que a guerra revolucionária estava “exigindo uma reformulação, progressiva e segura, da nossa compreensão clássica do problema militar brasileiro”. Tratava-se de aparelhar o Exército cada vez mais para a repressão interna, a qual se daria com um grau de autonomia no qual “o Direito e a Lei não poderão amarrar-se aos conceitos e à visão tradicionalistas”.³² No imediato pós-1968 não deveria haver entraves à ação repressiva do Estado.

Em sintonia com a experiência do Exército e com a fala do ministro, a Aeronáutica recrutou um de seus oficiais mais ativamente anticomunistas, o coronel-aviador João Paulo Burnier, para frequentar o Curso de Informações oferecido pelos EUA no Panamá e, após o seu retorno em 1968, montar o serviço secreto daquela força, mais tarde rebatizado de Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa).³³ Segundo o depoimento de Burnier, a montagem dessas seções militares especializadas na repressão à oposição ao regime, armada ou não, decorria do despreparo das polícias estaduais para fazer esse tipo de “combate”.³⁴

Esse discurso da eficiência e da técnica dominada pelas Forças Arma-

das para combater a subversão foi empregado de modo a conferir um lugar especial para os cada vez mais numerosos e autônomos órgãos encarregados de combater a chamada “guerra revolucionária”, a qual, no entender dos militares, ocorrera antes, durante e após o recurso de segmentos da oposição à luta armada contra o regime.

Assim como em outras partes do mundo, 1968 no Brasil foi um ano de intensas mobilizações políticas. Greves, manifestações de rua, articulações políticas e críticas públicas marcaram uma escalada da oposição de vários setores da sociedade brasileira ao regime militar. A visão militar a respeito da oposição civil e da perda de apoio do regime junto a segmentos como a classe média e a lideranças conservadoras foi decorrência de uma combinação de um padrão de comportamento político autoritário predominante entre os oficiais, de uma forte desconfiança quanto às intenções e moralidade dos “políticos profissionais” e do intenso consumo da doutrina da guerra revolucionária. A consequência disso foi uma violenta reação por parte do regime, na qual os segmentos mais autoritários tiveram amplo suporte para a montagem e ampliação de aparatos repressivos numa escala até então não vista no país. A resposta do regime às jornadas de 1968 foi, em síntese, o terror de Estado.

Abstract

1968 in Brazil: the military view

The article recovers the main facts of the Brazilian political conjuncture in 1968 and remarks the formative issues that made the military view which influenced their political and repressive action. One argues that the military hierarchy was strongly influenced by a pattern of political action called “ruler interventionism”; by a distrust on civilian politician strong enough to submit their professional cleavages into a unity around the regime and, finally, by a continuous consume of the theory of “revolutionary war” that had an important role on the militarization of the regime and on the creation of a powerful and extensive repressive apparatus.

Key words: Armed Forces. Political repression. Authoritarianism.

Notas

- ¹ MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995. p. 82 et seq. Ver também SVARTMAN, Eduardo. M. A matriz autoritária do governo Castelo Branco: ou da longa duração das idéias positivistas. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 122-135, 2003.
- ² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 148.
- ³ SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 436 et seq.
- ⁴ SKIDMORE, T. Op. cit., p. 157 et seq.
- ⁵ SKIDMORE, T. Op. cit., p. 153.

- ⁶ *Folha de São Paulo*, 13 out. 1968. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm. Acesso em: 6 ago. 2008.
- ⁷ ALVES, M. Op. cit., p. 129; SILVA, H. Op. cit., p. 439.
- ⁸ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1888-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação: formação profissional, idéias e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- ⁹ Para a questão do Clube Militar, ver PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 121 et seq. e 146. Em um texto posterior, Carvalho usa a expressão “intervencionismo tutelar” ao invés de “intervencionismo controlador”. Ver CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feitiçeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/FGV, 1999. Para as lutas entre militares no pós-1945 ver PEIXOTO, Antonio Carlos. O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980; SMALLMANN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ¹¹ A chamada “doutrina Góes” é apresentada por seu formulador nas seguintes obras: MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do exército* (esboço histórico). Rio de Janeiro: Andersen, 1934. COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. Para uma interpretação ver: PINTO, Sérgio Murilo. A doutrina Góes. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Para a geração subsequente ver SVARTMAN, E. Op. cit., 2006.
- ¹² MARTINS FILHO, J. Op. cit., p. 116 et seq.
- ¹³ SVARTMAN, E. 2006. Op. cit. p. 111.
- ¹⁴ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984. p. 120. MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- ¹⁵ Para as sucessivas mudanças conceituais na doutrina da ESG ver ARRUDA, Antônio de. *A escola Superior de Guerra*. 2. ed. São Paulo: GRD, 1983; ROCHA, Maria S. de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo, 1996.
- ¹⁶ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 22.
- ¹⁷ CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1949. p. 5.
- ¹⁸ TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954. C-01-54 p. 20 et seq.
- ¹⁹ SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da ESG*, v. 9, n. 26, 1993. p. 10. (Documento redigido em 1949).
- ²⁰ SVARTMAN, E. 2006. Op. cit., p. 67, 87 e 125.
- ²¹ MARTINS FILHO, J. Op. cit., p. 47.
- ²² SILVA, H. Op. cit., p. 441.
- ²³ COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do presidente*. [s. l.]: Secretaria de Imprensa, [s. d.]. t. 2, p. 482.
- ²⁴ Arquivo Catelo Branco, Pasta G1, Discurso de posse na chefia do Estado-Maior do Exército, em 14/9/63.
- ²⁵ EME. Op. cit., p. 182. Essa pregação de Murici suscitou o discurso de Leonel Brizola acusando-o de “gorila” e “golpista” e desencadeou mais uma crise entre civis e militares durante o governo Goulart.
- ²⁶ Depoimento de Octávio Costa. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glauco; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 79.
- ²⁷ Idem, p. 80, para as mudanças curriculares na Eceme, ver STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971. p. 181.

- ²⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989. p. 72. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. São Paulo: Record, 2001. p. 81 et seq.; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 124 et seq.
- ²⁹ SKIDMORE, Thomas, 1988, p. 57; FIGUEIREDO, L. Op. cit., p. 210.
- ³⁰ FICO, C. Op. cit., p. 115 et seq.
- ³¹ D'ARAÚJO, Maria Celina (Coord.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 42; FIGUEIREDO, L. Op. cit., p. 152.
- ³² TAVARES, Lira. *Missões e rumos do Exército*. Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1969. p. 80 et seq.
- ³³ FIGUEIREDO, L. Op. cit., p. 217.
- ³⁴ D'ARAÚJO, p. 191.